

## Quando as fontes são de lá: o discurso jornalístico dos jornais OESP e FSP sobre desmatamento durante a COP15<sup>1</sup>

Luciana Miranda COSTA<sup>2</sup>

Karina Menezes CUNHA<sup>3</sup>

Brunella Lago VELLOSO<sup>4</sup>

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns dos principais resultados da pesquisa “O Aquecimento Global na Pauta da Mídia Impressa Brasileira: Informação e Desinformação na Construção de Políticas Públicas para a Amazônia” (CNPq). O *corpus escolhido* foram as matérias jornalísticas sobre desmatamento, especialmente na Amazônia, publicadas em dois dos principais veículos de comunicação impressos do país, os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. O recorte temporal foi 2009, ano de realização da 15ª Conferência Climática das Nações Unidas (COP 15), cujo debate envolvia temas como a adoção do sistema de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). A análise teve como principal aporte teórico e metodológico, a Análise do Discurso de vertente francesa, buscando-se identificar as principais *formações discursivas* que embasaram o discurso jornalístico por meio de suas fontes de informação.

### Palavras-chave

Comunicação e Meio Ambiente; O Estado de S. Paulo; Folha de S. Paulo; Desmatamento; Análise do Discurso.

### Introdução

Este artigo traz alguns resultados da pesquisa “O Aquecimento Global na Pauta da Mídia Impressa Brasileira: Informação e Desinformação na Construção de Políticas Públicas para a Amazônia” (CNPq, 2010)<sup>5</sup>. O *corpus escolhido* foram as matérias jornalísticas sobre desmatamento, especialmente na Amazônia, publicadas em dois dos principais veículos de comunicação impressos do país, o jornal O Estado de S. Paulo (OESP) e o jornal Folha de S. Paulo (FSP). A seleção das matérias foi feita no banco de dados *on line* dos referidos jornais, a partir das palavras-chave “aquecimento global”<sup>6</sup>,

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, no XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora Doutora do curso de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia. E-mail: [lmiranda@ufpa.br](mailto:lmiranda@ufpa.br)

<sup>3</sup> Graduanda do 7º semestre de Jornalismo, bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: [karinamenezes18@yahoo.com.br](mailto:karinamenezes18@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Graduanda do 5º semestre de Jornalismo, bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: [brunellavelloso@gmail.com](mailto:brunellavelloso@gmail.com)

<sup>5</sup> Coordenada pela Profa Dra Luciana Miranda Costa, do PPGCOM/UFPA.

<sup>6</sup> O aquecimento global é um fenômeno particular das mudanças climáticas. Corresponde ao aumento da temperatura global e da capacidade da atmosfera em absorver o calor (Fonte: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/657>)

“mudanças climáticas”, “Protocolo de Kyoto”<sup>7</sup> e “IPCC”<sup>8</sup>. Para este artigo específico, o *corpus* de análise é composto apenas por matérias jornalísticas<sup>9</sup> referentes à temática “desmatamento”, selecionadas dos textos coletados dentro da palavra-chave *aquecimento global* e publicadas no ano de 2009 pelos jornais O Estado de S. Paulo (Estadão) e Folha de S. Paulo.

A partir, especialmente, da ECO-92<sup>10</sup>, evento que reuniu um grande número de nações no intuito de discutir as questões ambientais em nível global, os veículos de comunicação passaram a veicular mais informações referentes à temática ambiental, especialmente sobre a região amazônica, detentora da maior reserva de biodiversidade do mundo (COSTA, CUNHA, VELLOSO, 2012, p. 2).

Apesar disso, a mídia impressa brasileira não tem explicitado suficientemente as causas e consequências das mudanças climáticas (COSTA, 2008, 2010), o que implica na formação de cidadãos pouco informados a respeito do fenômeno e na pontualidade ou vulnerabilidade das políticas públicas relacionadas ao tema, especialmente aquelas voltadas à região amazônica (COSTA, 2010).

Em 2009, a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas<sup>11</sup>, mais conhecida como COP-15, também resultou na intensa circulação de informações sobre o tema em jornais e revistas, gerando grandes expectativas sobre o acordo que devia ser firmado ao fim do evento. De 7 a 18 de dezembro, mais de 190 nações reuniram-se na

---

“As causas do aquecimento global são muito pesquisadas. Existe uma parcela da comunidade científica que atribui esse fenômeno a um processo natural, afirmando que o planeta Terra está numa fase de transição natural, um processo longo e dinâmico, saindo da era glacial para a interglacial, sendo o aumento da temperatura consequência desse fenômeno. No entanto, as principais atribuições para o aquecimento global são relacionadas às atividades humanas, que intensificam o efeito de estufa através do aumento na queima de gases de combustíveis fósseis, como petróleo, carvão mineral e gás natural. A queima dessas substâncias produz gases como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o metano (CH<sub>4</sub>) e óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), que retêm o calor proveniente das radiações solares, como se funcionassem como o vidro de uma estufa de plantas, esse processo causa o aumento da temperatura. Outros fatores que contribuem de forma significativa para as alterações climáticas são os desmatamentos e a constante impermeabilização do solo”. Disponível em <http://www.brasilecola.com/geografia/aquecimento-global.htm>.

<sup>7</sup> O Protocolo de Kyoto é um acordo internacional para reduzir as emissões de gases-estufa dos países industrializados e para garantir um modelo de desenvolvimento limpo aos países em desenvolvimento. O documento prevê que, entre 2008 e 2012, os países desenvolvidos reduzam suas emissões em 5,2% em relação aos níveis medidos em 1990. Fonte: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/2001-efeito\\_estufa-protocolo\\_de\\_kyoto.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/2001-efeito_estufa-protocolo_de_kyoto.shtml)

<sup>8</sup> O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é o principal organismo internacional para avaliação das mudanças climáticas. Foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) para fornecer ao mundo uma visão científica clara sobre o estado atual do conhecimento da mudança do clima e seus potenciais impactos ambientais e socioeconômicos. Fonte: <http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml#.T9tqvoGI7N4>

<sup>9</sup> Consideramos matéria jornalística todos os textos publicados pelos jornais e coletados nesta pesquisa, o que engloba os gêneros: reportagem, artigo de opinião, entrevista e editorial.

<sup>10</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992. Mais informações em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/riomais10/o\\_que\\_e-2.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/riomais10/o_que_e-2.shtml)

<sup>11</sup> Conferência que reuniu, em 2009, as 193 nações integrantes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, com o objetivo de definir uma agenda global de ações para controlar os impactos do aquecimento global. Fonte: <http://super.abril.com.br/blogs/planeta/voce-sabe-o-que-e-a-cop-15/>

tentativa de buscar soluções para o aquecimento global<sup>12</sup> e uma alternativa ao Protocolo de Kyoto<sup>13</sup>.

Os debates do evento se refletiram também no Brasil, especialmente na região amazônica, por esta ter sido um dos pontos da discussão sobre o corte de emissões de gases poluentes do país, bem como sobre a adoção ou não do sistema de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD)<sup>14</sup>, como um sistema de mercado de créditos de carbono (COSTA, CUNHA, VELLOSO, 2012, p.2-3).

O foco deste artigo, com destaque para a temática *desmatamento*, está voltado para dois objetivos principais que também norteiam a pesquisa mais ampla: analisar de que forma os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo construíram seus discursos sobre a realização da 15ª Conferência Climática das Nações Unidas, a partir das suas principais fontes de informação<sup>15</sup>; e identificar as *formações discursivas* (FOUCAULT, 2010) que deram base ao discurso jornalístico, assim como as “vozes” excluídas ou silenciadas pelo jornal.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva (...)*” (FOUCAULT, 2010, p. 43).

<sup>12</sup> O aquecimento global é um fenômeno particular das mudanças climáticas. Corresponde ao aumento da temperatura global e da capacidade da atmosfera em absorver o calor (Fonte: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/657>) “As causas do aquecimento global são muito pesquisadas. Existe uma parcela da comunidade científica que atribui esse fenômeno a um processo natural, afirmando que o planeta Terra está numa fase de transição natural, um processo longo e dinâmico, saindo da era glacial para a interglacial, sendo o aumento da temperatura consequência desse fenômeno. No entanto, as principais atribuições para o aquecimento global são relacionadas às atividades humanas, que intensificam o efeito de estufa através do aumento na queima de gases de combustíveis fósseis, como petróleo, carvão mineral e gás natural. A queima dessas substâncias produz gases como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o metano (CH<sub>4</sub>) e óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), que retêm o calor proveniente das radiações solares, como se funcionassem como o vidro de uma estufa de plantas, esse processo causa o aumento da temperatura. Outros fatores que contribuem de forma significativa para as alterações climáticas são os desmatamentos e a constante impermeabilização do solo”. Disponível em <http://www.brasilecola.com/geografia/aquecimento-global.htm>.

<sup>13</sup> O Protocolo de Kyoto é um acordo internacional para reduzir as emissões de gases-estufa dos países industrializados e para garantir um modelo de desenvolvimento limpo aos países em desenvolvimento. O documento prevê que, entre 2008 e 2012, os países desenvolvidos reduzam suas emissões em 5,2% em relação aos níveis medidos em 1990. Fonte: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/2001-efeito\\_estufa-protocolo\\_de\\_kyoto.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/2001-efeito_estufa-protocolo_de_kyoto.shtml)

<sup>14</sup> No ano de 2007, durante a 13ª Conferência das Partes da UNFCCC (COP-13), em Bali, foi adotado o Plano de Ação de Bali, que determinou REDD como uma das potenciais ações de mitigação de mudanças climáticas. Foi adotada decisão que estimula os países a reduzir emissões por desmatamento e degradação, assim como a promover investimentos em construção de capacidades, transferência de tecnologia, identificação de opções e apoio a atividades demonstrativas. Ficou acertado que as premissas fariam parte de um novo acordo internacional, o qual deveria ser concluído na 15ª Conferência das Partes (COP-15), em Copenhague. Foi também durante a COP-13 que o conceito inicial foi ampliado pela segunda vez, e passou a ser conhecido como REDD+. Isso significa que, além das reduções por desmatamento e degradação, ele passou a abranger a tarefa da conservação florestal, do manejo sustentável e do aumento dos estoques de carbono. O compromisso foi registrado no Plano de Ação de Bali. Mais informações em: <http://www.florestal.gov.br/redd/index.php/o-que-e-redd>

<sup>15</sup> Herbert Gans (1979, p.80) define “fontes” como as pessoas que os jornalistas observam ou entrevistam e que fornecem informações ou sugestões de pauta, enquanto membros ou representantes de um ou mais grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade. Disponível em: <http://fontespautam.wordpress.com/2010/02/08/o-que-efonte-jornalistica/>

A Análise do Discurso de vertente francesa, método surgido na década de 60, foi utilizada para nortear os procedimentos de análise da pesquisa, especialmente o conceito de *formações discursivas*, de Michel Foucault. Deste modo, o discurso foi tomado como a instância de produção da realidade e razão das lutas políticas pela hegemonia do poder de fazer ver e fazer crer (BOURDIEU, 1998). O objetivo foi buscar e explicitar as condições de produção dos discursos por meio de suas marcas textuais (PINTO, 1999). Entre os elementos fundamentais que norteiam a análise dos textos na AD podem ser destacados: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural nos quais o texto é produzido (COSTA, CUNHA, VELLOSO, 2012, p. 3- 4).

A seguir se procederá a análise do material empírico coletado, tendo como instrumental preferencial de análise o método mencionado anteriormente.

### **Análise dos Textos Jornalísticos**

#### ***As Fontes de informação do OESP***

Em circulação desde 1875, antes sob o nome de “A Província de São Paulo”<sup>16</sup>, O Estado de S. Paulo conta, atualmente, com uma tiragem média de 236.000 exemplares<sup>17</sup>. Foram coletadas e sistematizadas para este artigo, 255 matérias jornalísticas publicadas em 2009 e que continham a palavra-chave *aquecimento global*. As matérias dividiram-se em 206 reportagens<sup>18</sup> (sendo 106 delas assinadas por jornalistas e o restante oriundo das agências de notícias e da própria redação do Estado de S. Paulo), e nove artigos de opinião<sup>19</sup>. A maioria das reportagens é oriunda de agências de notícias estrangeiras. Somadas, são 90 reportagens da *Reuters*, *Efe*, *BBC Brasil* e *Associated Press*, correspondendo a quase dois terços do número total. Entre as reportagens assinadas, 53 são da Agência *Reuters* e somente 35 reportagens são assinadas pelos jornalistas do próprio Estado de S. Paulo

Entre as pessoas mais entrevistadas nas reportagens coletadas e sistematizadas estão: Carlos Nobre, Climatologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE

<sup>16</sup> Mais informações em: <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/cont1.htm>

<sup>17</sup> Dados de 2010 do Instituto Verificador de Circulação (IVC): Fonte: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>

<sup>18</sup> Atividade jornalística, que abrange todas as medidas necessárias à cobertura de um acontecimento. Compreende o planejamento, a pesquisa, a apuração, a observação e a coleta de dados, até o texto final entregue à Redação (ERBOLATO, 1985, p. 269).

<sup>19</sup> Artigo: Matéria divulgada, com assinatura, e na qual são expandidas opiniões e críticas (ERBOLATO, 1985, p. 45).

(entrevistado em seis reportagens); Michel Jarraud, Diretor-Geral da Organização Mundial de Meteorologia – OMM; Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil à época; Rajendra Pachauri, Diretor do IPCC; e Yvo de Bôer, Autoridade de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas, todos entrevistados em cinco reportagens. Já entre os nomes que são apenas citados estão o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama (citado em 40 matérias jornalísticas); George W. Bush, ex-presidente dos Estados Unidos (citado em 17 matérias); e o ex-presidente Lula (citado em dez matérias jornalísticas).

O Estado de S. Paulo reproduziu, nas matérias coletadas e sistematizadas, dados divulgados especialmente por instituições científicas, ambientais, governamentais, políticas e econômicas (nacionais e internacionais). Entre aquelas que mais tiveram seus dados reproduzidos pelas matérias jornalísticas do Estado de S. Paulo estão: o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas - IPCC (tendo suas informações reproduzidas em 18 textos); a *Revista Science* (aparecendo como fonte de dados em 10 matérias jornalísticas) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe (sendo citado em sete matérias jornalísticas). Também tiveram seus dados reproduzidos pelo jornal, embora mais pontualmente, instituições como a Universidade de São Paulo (USP), a revista *Nature*, o *Met Office Hadley Centre* (Centro Britânico de Pesquisa Climática).

Além destas, houve instituições que foram somente mencionadas, sem, no entanto, ser atribuído a elas a fonte de nenhuma informação, tais como a Organização das Nações Unidas, citada em 55 matérias jornalísticas; o IPCC, citado em 25 matérias; e a União Europeia, com citação em 11 textos juntamente com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos.

### ***O desmatamento nas páginas do Estado de S. Paulo***

Do *corpus* do Estado de S. Paulo selecionado como recorte para este artigo (255 matérias jornalísticas com a palavra-chave “aquecimento global”, publicadas no ano de 2009 pelo jornal), apenas doze reportagens abordavam a temática do desmatamento. Destas, sete trouxeram o nome “Amazônia” em seus títulos e uma mencionou, no corpo do texto, o desmatamento na região. Segundo reportagem escrita por Alyster Doyle, da Agência *Reuters*, e reproduzida pelo jornal no dia 20 de outubro de 2009 (“Agências espaciais e Google buscam formas de proteger florestas”), o desmatamento “do Brasil até a

Indonésia” seria responsável por um quinto das emissões mundiais de gases poluidores que são originados das atividades humanas. A referência apontou para a posição "delicada" do país na COP-15.

Os desmatamentos, do Brasil à Indonésia, são responsabilizados pela emissão de cerca de um quinto de todos os gases do efeito estufa oriundos da atividade humana - as plantas absorvem carbono enquanto crescem e o liberam quando são queimadas ou apodrecem. (“Agências espaciais e Google buscam formas de proteger florestas”, O Estado de S. Paulo, Reuters, Alyster Doyle, 20/10/09. Grifo nosso).

No cenário das emissões mundiais, o desmatamento na região amazônica brasileira seria responsável por lançar na atmosfera 2,5% dos gases do efeito estufa. O jornal se apropriou do discurso científico, inclusive de uma instituição governamental brasileira, para afirmar que o volume de poluição continua sendo grande, embora menor do que o previsto.

O desmatamento da Amazônia brasileira contribui com aproximadamente 2,5% das emissões globais de gases do efeito estufa (GEEs), responsáveis pelo aquecimento global, segundo um cálculo preliminar feito por cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O volume de carbono emitido é enorme. Porém, proporcionalmente menor do que se imaginava, segundo o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. (“Inpe reduz cota de desmate da Amazônia no efeito estufa”, O Estado de S. Paulo, Herton Escobar, 10/08/09. Grifo nosso.).

O Estado de S. Paulo também destacou os pontos negativos do desmatamento ("Cenários pessimistas:..."), que teria exterminado 26 espécies da Amazônia e estaria colocando em risco mais 644. Na reportagem do dia 18 de fevereiro de 2009, “Desmatamento na Amazônia extingue 26 espécies e ameaça 644”, que toma como base o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), é explicitada a dificuldade de articulação entre os setores produtivo, científico e governamental que poderiam, segundo o relatório, desenvolver a região amazônica.

Cenários pessimistas: O relatório afirma que três fatores vão influenciar na forma como a Amazônia vai se desenvolver no futuro: as políticas públicas, o funcionamento do mercado e o desenvolvimento de novas tecnologias. Baseado nesses três fatores, o relatório traça quatro cenários diferentes para o futuro da Amazônia no longo prazo, e nenhuma das hipóteses apresenta uma situação ideal. (“Desmatamento na Amazônia extingue 26 espécies e ameaça 644”, O Estado de S. Paulo, 18/02/2009. Grifo nosso).

Na reportagem do dia 13 de janeiro de 2009, escrita por João Domingos para *O Estado de S. Paulo*, a pecuária é apontada como a principal causa dos desmatamentos na Amazônia brasileira. Porém, ao mesmo tempo em que a criação de gado é colocada como

“vilã”, o jornal ressalta o fato do Brasil ter se tornado o maior exportador mundial de carne. Além disso, a reportagem tem como entrevistado o presidente da Comissão do Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Assuero Veronez, que afirma haver um exagero por parte das organizações ambientalistas nos dados sobre o desmatamento. Estas últimas, por sua vez, não ganham "voz" no texto.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1990 e 2005 o rebanho bovino brasileiro aumentou cerca de 40% - de 147 milhões para 207 milhões de cabeças. Isso possibilitou que em 2004 o Brasil se tornasse o maior exportador mundial de carne bovina. (...) A participação da Amazônia nas exportações de carne brasileiras cresceu expressivamente entre 2000 e 2006, passando de 6% (10 mil toneladas) para 22 % do total (263,7 mil toneladas). (“Luta contra aquecimento deve diminuir pecuária na Amazônia”, O Estado de S. Paulo, João Domingos, 25/06/09. Grifo nosso).

Veronez disse que as entidades envolvidas com o meio ambiente têm por hábito aumentar os números de tudo o que se refere a desmatamento. “Falamos aí em vários percentuais, em até 75% de emissão de gases por causa de queimadas na Amazônia, baseando-se em cálculos do tempo em que o desmatamento era de 28 mil quilômetros quadrados. Hoje, é de 12 mil quilômetros quadrados. E acabará.” (“Luta contra aquecimento deve diminuir pecuária na Amazônia”, O Estado de S. Paulo, João Domingos, 25/06/09. Grifo nosso).

Assim, o jornal, por meio da seleção de sua fonte e das informações publicadas, atenua a relação da pecuária com o desmatamento. O Estado de S. Paulo também aborda a problemática do desmatamento em reportagens sobre o sistema de *Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação*, mais conhecido como REDD<sup>20</sup>. Na reportagem “Greenpeace: florestas podem prejudicar mercado de carbono”, assinada por Alyster Doyle (*Reuters*) e publicada no dia 30 de março de 2009, o jornal reproduz a opinião de uma das ONGs ambientalistas de maior renome internacional, para mostrar que a adesão das florestas ao mercado de carbono poderia ser prejudicial (“...uma opção perigosa...”), por desacelerar a luta contra o aquecimento global e fazer com que milhões deixassem de ser investidos em tecnologias limpas, consequências do barateamento dos créditos de carbono.

<sup>20</sup> No ano de 2007, durante a 13ª Conferência das Partes da UNFCCC (COP-13), em Bali, foi adotado o Plano de Ação de Bali, que determinou Redd como uma das potenciais ações de mitigação de mudanças climáticas. Foi adotada decisão que estimula os países a reduzir emissões por desmatamento e degradação, assim como a promover investimentos em construção de capacidades, transferência de tecnologia, identificação de opções e apoio a atividades demonstrativas. Ficou acertado que as premissas fariam parte de um novo acordo internacional, o qual deveria ser concluído na 15ª Conferência das Partes (COP-15), em Copenhague. Foi também durante a COP-13 que o conceito inicial foi ampliado pela segunda vez, e passou a ser conhecido como Redd+. Isso significa que, além das reduções por desmatamento e degradação, ele passou a abranger a tarefa da conservação florestal, do manejo sustentável e do aumento dos estoques de carbono. O compromisso foi registrado no Plano de Ação de Bali. Mais informações em: <http://www.florestal.gov.br/redd/index.php/o-que-e-redd>

“Créditos florestais baratos soam atraentes, mas um exame mais atento mostra que eles são uma opção perigosa”, disse Roman Czebiniak, consultor do Greenpeace, citando estimativas feitas pela neozelandesa Kea3” (“Greenpeace: florestas podem prejudicar mercado de carbono”, O Estado de S.Paulo, Reuters, Alyster Doyle, 30/03/09. Grifo nosso).

Porém, já em reportagem publicada no dia primeiro de julho de 2009 e assinada por Herton Escobar, jornalista do próprio Estado de S. Paulo, a adesão de florestas ao mercado de carbono ganha outra conotação, a partir do momento que se colocam vários entrevistados que são a favor da inclusão da Amazônia no mercado de carbono regulado por Kyoto. A reportagem, denominada “Amazônia pede a Lula nova política para floresta”, apesar do título, não traz opiniões de pessoas que representem os diversos segmentos que lidam com a floresta amazônica em seu dia-a-dia e sim, de governantes da região que são a favor da adoção do sistema. Nesta reportagem, o governo brasileiro é criticado (“...o governo do Brasil vem fazendo oposição à inclusão das florestas neste promissor mercado.”) por não adotar um modelo de “tendência” mundial.

"Existe uma crescente convergência internacional para a inclusão das florestas no mercado de carbono regulado por Kyoto", diz a carta, assinada na sexta-feira em Palmas (TO), durante o 5º Fórum de Governadores da Amazônia Legal. "Para surpresa de todos, dentro e fora do País, o governo do Brasil vem fazendo oposição à inclusão das florestas neste promissor mercado. Esta posição deve ser revista com urgência." (...) "Não há mais argumentos técnicos que justifiquem a exclusão do REDD", disse ao Estado Virgílio Viana, diretor da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), no Estado do Amazonas, que apoiou a formulação da carta. ("Amazônia pede a Lula nova política para a floresta", O Estado de S. Paulo, Herton Escobar, 01/07/09. Grifo nosso).

Percebe-se então que O Estado de S. Paulo abordou a temática do desmatamento principalmente associada à região Amazônica e focado em desdobramentos mais pontuais e que seriam temas de debate na COP-15, tais como a redução da atividade econômica na Amazônia (como uma meta a ser levada pelo Brasil para a Conferência) e a adoção ou não do REDD como forma de minimizar os efeitos do aquecimento global. Nas matérias analisadas, muitas reproduzidas de agências de notícias, as fontes foram, principalmente, autoridades governamentais ou não governamentais (incluindo cientistas), e o enfoque, a exemplo do que se verá com a Folha de S.Paulo, foi prioritariamente econômico. O jornal não problematizou a temática a partir de uma diversidade maior de fontes, apontando, por exemplo, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos diversos setores que lidam com as florestas para diminuir o uso de queimadas (incluindo as populações que lá habitam), o que

fazer para minimizar seus impactos negativos ou quais seriam as possíveis soluções (além do REDD), para evitar o desmatamento. No *corpus* de matérias selecionadas e analisadas, portanto, o discurso jornalístico do Estado de S. Paulo foi construído, prioritariamente, por meio de fontes que utilizaram o discurso econômico para enfocar o tema, remetendo a esta *formação discursiva*.

### ***As Fontes de informação da FSP***

O jornal Folha de S. Paulo foi fundado em 1921 e pertence ao Grupo Folha, um dos maiores conglomerados midiáticos do Brasil. Ele originou-se a partir da junção de três outros jornais: Folha da Noite, Folha da Manhã e Folha da Tarde<sup>21</sup>. O público-alvo do jornal está focado nas classes A e B<sup>22</sup> e, atualmente, é o diário nacional com maior tiragem, com média de circulação de 287.497 exemplares<sup>23</sup> (COSTA, CUNHA, VELLOSO, 2012).

Deste Jornal foram coletadas e sistematizadas 310 matérias jornalísticas, publicadas em 2009 e que continham a palavra-chave aquecimento global, sendo destas, 231 reportagens, 55 artigos, 15 editoriais e nove entrevistas. Entre as reportagens publicadas pela FSP, 24 foram oriundas de jornais e agências noticiosas estrangeiras, sendo as mais reproduzidas, *Associated Press* (com seis reportagens), *Reuters* (com quatro reportagens) e o jornal *The New York Times* (com 11 reportagens).

Entre as pessoas mais entrevistadas nas reportagens do jornal estão: Luiz Alberto Figueiredo Machado, Embaixador brasileiro nas questões climáticas (entrevistado em 3 reportagens); Marina Silva, senadora, ex-Ministra do Meio Ambiente e colunista da Folha; Gilberto Câmara, Diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); e Yvo De Boer, Secretário-Executivo da Convenção do Clima da ONU (todos estes entrevistados duas vezes cada).

Já entre os nomes apenas citados (e não entrevistados) nas matérias, estão Barack Obama, Presidente dos EUA (citado em 39 matérias); Luiz Inácio Lula da Silva, à época Presidente do Brasil (citado em 27 matérias); Carlos Minc, à época Ministro do Meio

---

<sup>21</sup> Fonte: [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br).

<sup>22</sup> Classes A e B são especificações de classes sociais utilizadas no país e definidas pelo Critério de Classificação Econômica Brasil em função do poder de compra e consumo de certos itens pelas famílias brasileiras. Fonte: <http://www.logisticadescomplicada.com/as-classes-sociais-e-a-desigualdade-no-brasil/>. Mais informações: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2012

Ambiente (citado em 17 matérias); e George Bush, ex-Presidente dos EUA (citado em 10 matérias).

Entre as instituições que mais tiveram seus dados reproduzidos pelas matérias da FSP estão: a ONG WWF Brasil (com dados reproduzidos em três matérias) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe (com dados reproduzidos em três matérias). Outras instituições, como o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, a ONG Greenpeace e as Universidades de São Paulo (USP) e a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também tiveram seus dados reproduzidos nas matérias do Jornal.

Já entre as instituições que foram somente mencionadas, sem, no entanto, ser atribuído a elas a fonte de nenhuma informação ou dado, estão a Organização das Nações Unidas (mencionada em 43 reportagens, sendo 17 por meio de seu Painel Climático, o IPCC), o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (mencionado em 12 matérias) e o G20 (mencionado em oito matérias).

### ***O desmatamento nas páginas da Folha de S. Paulo***

Entre *corpus* de análise selecionado no jornal Folha de S. Paulo (310 matérias com a palavra-chave aquecimento global, publicadas no Jornal em 2009), 26 matérias jornalísticas abordavam a temática do desmatamento, sendo destas, dois artigos e 23 reportagens.

Assim como ocorreu no jornal Estado de S. Paulo, a Folha também tratou da temática da Amazônia na maioria de suas matérias selecionadas. As formações discursivas econômica (especialmente) e científica embasaram o discurso jornalístico da FSP por meio de suas fontes.

A FSP enfatizou os prejuízos econômicos provocados pelo desmatamento e pelas mudanças climáticas, que, por consequência, envolveram os debates sobre o REDD. O jornal, na reportagem “Elevar produção de álcool sem desmatar é desafio ao Brasil, afirma Bill Clinton”, assinada por Denyse Godoy, destacou a dificuldade de alinhar interesses econômicos com a proteção ao ambiente.

Para o ex-presidente americano (1993-2001) Bill Clinton, o problema da mudança climática só poderá ser resolvido quando as soluções em questão forem economicamente interessantes para indivíduos, empresários e países. Ele também considera o etanol brasileiro superior, mas diz que produzi-lo sem agredir o ambiente é um desafio ao país. (“Elevar produção de álcool sem desmatar é desafio ao Brasil, afirma Bill Clinton”, Folha de S.Paulo, Denyse Godoy, 02/06/2009”. Grifo nosso).

O Jornal também tratou em suas reportagens sobre as metas brasileiras de corte de emissão de gases poluentes, sempre enfatizando, com valores monetários, o desmatamento nas florestas como um dos fatores de maior contribuição para o aquecimento global.

Sem contar os gastos com a redução do ritmo do desmatamento do cerrado, o governo estima em US\$ 166 bilhões o custo, em dez anos, para cortar as emissões de gases-estufa no Brasil entre 36% e 39% do volume estimado para 2020 [...]. O governo prevê que a redução em 80% do desmatamento da Amazônia exigirá investimentos de US\$ 21 bilhões ao longo de dez anos. A recuperação de pastagens degradadas e demais medidas na área de agricultura consumiriam pouco mais de US\$ 32 bilhões [...]. (“País prevê US\$ 166 bi para cortar CO<sub>2</sub>”, Folha de S.Paulo, 17/12/2009. Grifo nosso).

Na reportagem “Acordo do clima entra na reta final hoje”, assinada por Cláudio Ângelo, a FSP apresentou, tendo por base o Plano Nacional de Mudança Climática, a proposta do Brasil de redução das emissões, exposta na reunião de Barcelona (última rodada de negociação antes da COP 15) e mostrou que a redução do desmatamento da Amazônia poderia ser a fonte dos cortes das emissões brasileiras.

A proposta brasileira deve ser uma redução de pelo menos 26% nas emissões em 2020 em relação à tendência atual. Esse desvio seria obtido reduzindo o desmatamento na Amazônia em 80%, conforme estabelecido no Plano Nacional de Mudança Climática, de 2008. (“Acordo do clima entra na reta final hoje”, Folha de S. Paulo, 02/11/2009. Grifo nosso).

A FSP, na reportagem “Diretor do Inpe critica carbono de floresta”, apresenta a posição brasileira sobre o REDD, contrária a esse mecanismo de comércio de carbono (“... chamou de ‘dinheiro sujo’ os recursos que poderão vir a ser trocados entre os países...”), tendo como fonte Gilberto Câmara, pesquisador brasileiro e diretor do Inpe.

O governo brasileiro é contra mecanismos de mercado no REDD (sigla em inglês para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), pelos quais países que reduzissem seu desmatamento poderiam vender créditos de carbono para países com metas de redução a cumprir. Prefere que o REDD seja abastecido por doações, como os US\$ 110 milhões que a Noruega já empenhou no Fundo Amazônia. (“Diretor do Inpe critica carbono de floresta”, Folha de S.Paulo, Eduardo Geraque, 18/07/2009. Grifo nosso).

Gilberto Câmara, diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e principal responsável pelo monitoramento da Amazônia, chamou de “dinheiro sujo” os recursos que poderão vir a ser trocados entre os países por meio do REDD, um dos mecanismos em discussão no âmbito internacional para reduzir o desmate. (“Diretor do Inpe critica carbono de floresta”, Folha de S. Paulo, Eduardo Geraque, 18/07/2009. Grifo nosso).

A FSP também se baseou no discurso científico ("*...publicada em um artigo de revisão na revista científica "Science" desta semana...*") para apontar as queimadas propositais como grandes responsáveis pelo efeito estufa e para informar que a Amazônia, principalmente o Estado de Mato Grosso, lidera as emissões dos “trópicos americanos”. O fogo é mencionado como uma “novidade” no cenário de contribuições do aquecimento global e os prejuízos econômicos destacados. Entretanto, os agricultores que utilizam esta ferramenta agrícola, especialmente na Amazônia, não foram ouvidos ou mencionados na reportagem.

Deixar de queimar propositalmente as florestas tropicais, savanas e áreas agrícolas - como canaviais - pode baixar a contribuição da humanidade ao aquecimento global em 19%. A cifra, publicada em um artigo de revisão na revista científica "Science" desta semana, escancara a importância das queimadas no fluxo de energia global. Os cientistas não sabiam que o fogo tinha tanta importância assim. (“Queimada causa 19% do efeito estufa, diz estudo”, Folha de S.Paulo, Eduardo Geraque, 25/04/2009. Grifo nosso).

O fogo, que está cada vez mais presente por causa das mudanças climáticas, costuma causar grandes prejuízos. No fenômeno El Niño de 1997-1998, na Ásia tropical, as estimativas mostram uma conta de US\$ 9 bilhões. Na América Latina, mais seca e por isso mais inflamável, os débitos ficaram em US\$ 12,5 bilhões - pouco menos que os US\$ 13,4 bilhões dados pelo governo americano para socorrer a GM. Diante das mortes, das secas e do aquecimento global em pleno curso, os cientistas esperam que os países tropicais passem a considerar mais corretamente o peso das queimadas. (“Queimada causa 19% do efeito estufa, diz estudo”, Folha de S. Paulo, Eduardo Geraque, 25/04/2009. Grifo nosso).

A reportagem “Itamaraty confirma que Brasil terá meta contra aquecimento” aponta a importância da Amazônia brasileira no contexto internacional, informando que o país pode ser cobrado pelas medidas de combate ao aquecimento na região, durante a Convenção do Clima das Nações Unidas, em Bonn. O jornal apresenta o discurso das fontes oficiais (embaixadores do clima) para tratar sobre as cifras ("*...US\$ 250 bilhões dos ricos para os países mais pobres*) metas a serem adotadas, acrescentando a "desconfiança" ("*Só espero que não seja um discurso vazio*") de instituições ambientalistas (representada pelo Greenpeace) sobre ele.

A proposta representa uma mudança de posição do Brasil em relação à adoção de metas de redução pelas nações pobres. "Mas o número também servirá para colocar uma exigência maior aos países desenvolvidos, já que a meta tem potencial para ser maior que a soma de reduções de vários deles", disse Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador-chefe de clima do Brasil. "Só espero que não seja um discurso vazio", disse João Talocchi.

coordenador da campanha de clima do Greenpeace. "Não adianta nada chegar aqui com um plano bonito ao mesmo tempo em que se constroem estradas como a BR-319 na Amazônia, por exemplo." ("Itamaraty confirma que Brasil terá meta contra aquecimento", Folha de S.Paulo, Renata Krieger, 12/08/2009. Grifo nosso.)

Para Figueiredo, a rodada de discussões em Bonn evidenciou que falta avançar nas discussões do financiamento de ações de combate ao aquecimento global. "Hoje, não se diria que haverá um resultado ambicioso", disse Serra. O Secretariado da Convenção do Clima da ONU pede US\$ 250 bilhões dos ricos para os países mais pobres. Mas os ricos querem financiar grande parte dessa quantia com dinheiro conseguido no mercado de capitais. ("Itamaraty confirma que Brasil terá meta contra aquecimento", Folha de S. Paulo, Renata Krieger, 12/08/2009. Grifo nosso.)

A exemplo do jornal O Estado de S.Paulo, a FSP baseou-se, predominantemente, por meio de suas fontes (inclusive em cargos políticos), no discurso econômico para construir sua narrativa jornalística sobre o desmatamento em 2009, no contexto da COP15. Outros grupos sociais, como os moradores da região amazônica, diretamente ligados à problemática, praticamente não tiveram espaço ou "voz" nas páginas do jornal.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, I. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**/ Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1998.

COSTA, L. **As Mudanças Climáticas na pauta da mídia impressa brasileira: informação e desinformação na construção de políticas públicas para a Amazônia**. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq. Maio de 2010. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Palavras Verdes: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (2002-2006)**. Relatório Técnico. CNPq, Setembro de 2008. Mimeo.

COSTA, L; CUNHA, K; SILVA, K. **A Utilização das Fontes na Construção da Notícia: Uma análise do discurso das revistas Veja e Carta Capital na construção da notícia**. In: 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA), 2011, Aracaju. Anais... Aracaju, UFS: 2011. 1 CD –ROM.

COSTA, L; CUNHA, K; VELLOSO, B. **A COP-15 e o Discurso dos Jornais Brasileiros: quem afinal pode falar sobre a Amazônia?**. Artigo submetido para apresentação no VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012, Belém.

ERBOLATO, M. **Dicionário de propaganda e jornalismo**. São Paulo: Editora Papirus, 1985.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª edição, 2010.

GANS, H. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. New York: Random House, 1979.

PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hackers Editores, 1999.

RABAÇA, C.A. & BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro, 2001.